

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 550.286 - PR (2019/0365220-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : FELIPE CORREA PONTES NOGUEIRA**  
**ADVOGADO : THIAGO LUIZ PONTAROLLI - PR047488**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## **EMENTA**

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. CAUSA INTERRUPTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Corte Especial deste Superior Tribunal, no julgamento dos EDcl no AgRg no RE nos EREsp n. 1.619.087/SC (Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 22/3/2019), reafirmou a compreensão de que o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional, ainda que modifique a reprimenda fixada, nos termos descritos no art. 117, IV, do Código Penal.

2. Agravo regimental não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 11 de fevereiro de 2020

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 550.286 - PR (2019/0365220-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : FELIPE CORREA PONTES NOGUEIRA**  
**ADVOGADO : THIAGO LUIZ PONTAROLLI - PR047488**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ:**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** agrava de decisão na qual concedi, *in limine*, a ordem, para reconhecer a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal em favor do paciente e declarar extinta a punibilidade do réu.

Nas razões deste recurso, o agravante alega que "houve duas vezes a interrupção da prescrição (sentença e acórdão confirmatório da condenação)" (fl. 466).

Pugna pela reconsideração da decisão agravada ou pela submissão do feito ao órgão colegiado, para que seja reformada a decisão.

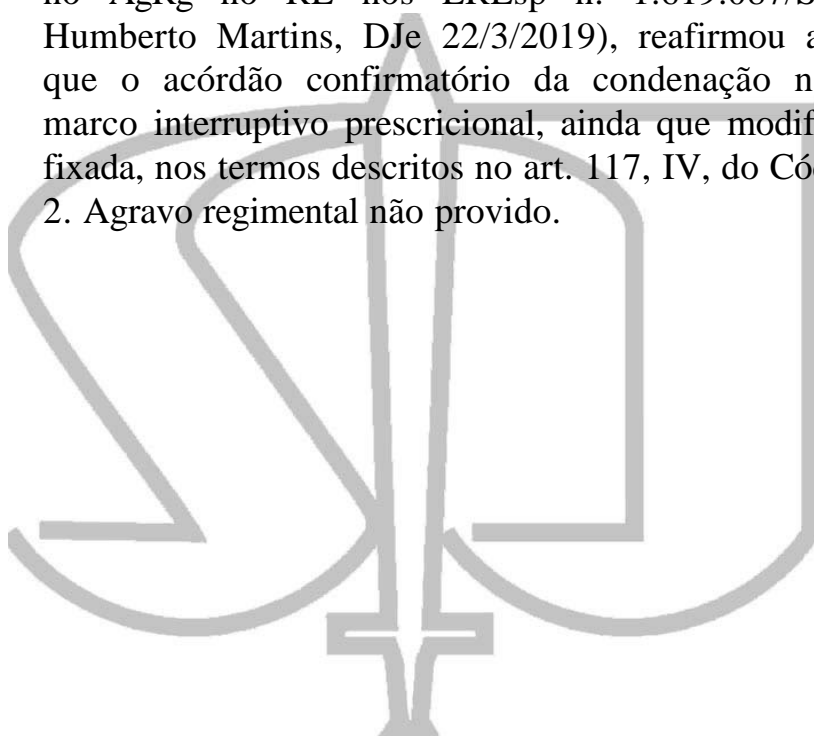
**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 550.286 - PR (2019/0365220-7)**

**EMENTA**

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO. CAUSA INTERRUPTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Corte Especial deste Superior Tribunal, no julgamento dos EDcl no AgRg no RE nos EREsp n. 1.619.087/SC (Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 22/3/2019), reafirmou a compreensão de que o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional, ainda que modifique a reprimenda fixada, nos termos descritos no art. 117, IV, do Código Penal.

2. Agravo regimental não provido.



**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ (Relator):**

Não obstante os esforços perpetrados pelo ora agravante, não constato fundamentos suficientes a infirmar a decisão agravada, cuja conclusão mantenho.

A despeito da alegação ministerial, noto que o *decisum* combatido **foi claro ao demonstrar a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal em favor do paciente**. Confira-se (fls. 458-459, destaques no original):

Pela análise dos autos, **verifico a ocorrência de causa extintiva da punibilidade, consistente na prescrição da pretensão punitiva estatal relacionada ao crime imputado ao paciente**.

O paciente foi condenado à pena de 7 meses de detenção e 20 dias-multa, em regime aberto, pela prática dos delitos previstos nos arts. 306 e 307 da Lei n. 9.503/1997.

O art. 109 do Código Penal disciplina que o prazo prescricional, antes do trânsito em julgado da decisão condenatória, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.

Assim, uma vez que o máximo da pena privativa de liberdade fixada ao réu será de 7 meses de detenção, a prescrição passa a regular-se pelo caso concreto, cujo prazo prescricional é de 3 anos, conforme dicção do art. 109, VI, do Código Penal.

Dessarte, *in casu*, o último marco interruptivo da prescrição ocorreu com a publicação da sentença condenatória, porquanto o acórdão ora impugnado manteve a condenação.

Considerando que o último marco interruptivo é a publicação da sentença condenatória, que ocorreu em 24/11/2016 (fl. 205), e transcorridos mais de 3 anos entre a referida data e o presente momento, o reconhecimento da **prescrição da pretensão punitiva** é medida que se impõe.

Dessa forma, há que se dizer que a prescrição **ocorreu em 24/11/2019**.

Registro, por oportuno, que a Corte Especial deste Superior Tribunal, no julgamento dos **EDcl no AgRg no RE nos EREsp n. 1.619.087/SC** (Rel. Ministro **Humberto Martins**, DJe 22/3/2019), reafirmou a

# *Superior Tribunal de Justiça*

compreensão de que **o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional**, ainda que modifique a reprimenda fixada, nos termos descritos no art. 117, IV, do Código Penal.

À vista do exposto, **nego provimento ao agravo regimental**.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO  
SEXTA TURMA**

Número Registro: 2019/0365220-7

**AgRg no  
HC 550.286 / PR**  
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 00022190420158160013 22190420158160013

EM MESA

JULGADO: 11/02/2020

**Relator**

Exmo. Sr. Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **CARLOS FREDERICO SANTOS**

Secretário

Bel. **ELISEU AUGUSTO NUNES DE SANTANA**

**AUTUAÇÃO**

IMPETRANTE : THIAGO LUIZ PONTAROLLI  
ADVOGADO : THIAGO LUIZ PONTAROLLI - PR047488  
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
PACIENTE : FELIPE CORREA PONTES NOGUEIRA  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

ASSUNTO: DIREITO PENAL - Crimes Previstos na Legislação Extravagante - Crimes de Trânsito

**AGRAVO REGIMENTAL**

AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
AGRAVADO : FELIPE CORREA PONTES NOGUEIRA  
ADVOGADO : THIAGO LUIZ PONTAROLLI - PR047488  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**CERTIDÃO**

Certifico que a egrégia SEXTA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Sexta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.